

**INSTITUTO
FEDERAL**
Pará

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO
TRABALHO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

ABAETETUBA / PARÁ

2017

Claudio Alex Jorge da Costa

Reitor

Cleide do Socorro Marcos da Silva Dias

Chefe de Gabinete

Danilson Lobato da Costa

Pró-reitor de Administração

Elinilze Guedes Teodoro

Pró-Reitor de Ensino

Fabício Medeiros Alho

Pró-Reitor de Extensão

Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raimundo Nonato Sanches de Souza

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Wagner Fernando da Silva

Procurador Federal IFPA

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra

Diretor de Tecnologia da Informação

Valdinei Mendes da Silva

Diretor Geral

Edinaldo Fonseca Correa

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós Graduação e Inovação

Zacarias Lobato Gonçalves
Diretor de Administração e Planejamento

Kazuo de Almeida Kamizono
Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Aline Gonçalves Batista da Silva
Assessoria Pedagógica e Social

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba
CNPJ	10.763.998/009-97 Filial
ESFERA ADMINISTRATIVA	Federal
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Rio de Janeiro nº 3322. Abaetetuba. Pará.
TELEFONE	99983-5911
SITE DO CAMPUS	http://abaetetuba.ifpa.edu.br
E-MAIL	seguranca.abaetetuba@ifpa.edu.br
EIXO TECNOLÓGICO	Segurança
HABILITAÇÃO	Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio
CARGA HORÁRIA	1491 horas
REITOR	Cláudio Alex da Rocha
PRÓ-REITORA DE ENSINO	Elinilze Guedes Teodoro
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO	Ana Paula Palheta Santana
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO	Fabício Medeiros Alho
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	Danilson Lobato da Costa
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Raimundo Nonato Sanches Souza
DIRETOR GERAL DO CAMPUS	Valdinei Mendes Silva
EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC (NDE DO CURSO)	Fernando Antônio de Souza Ribeiro João Flávio Ribeiro Gonçalves Kazuo de Almeida Kamizono Sueli de Lima Pereira

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3.OBJETIVOS.....	11
3.1. OBJETIVO GERAL	11
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
4. REGIME LETIVO	13
5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	14
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	15
7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO	17
8. MATRIZ CURRICULAR	18
8.1. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	21
8.1.1 Primeiro semestre.....	21
8.1.2 Segundo semestre	33
8.1.3 Terceiro Semestre.....	49
9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	63
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	65
11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	67
12. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	71
13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	76
13.1 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	76
13.2 APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS	77
14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	79
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	80
16. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSOSISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	81
17. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	85
18. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO.....	87
19. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	90
20. DIPLOMAÇÃO	92
21. REFERÊNCIAS.....	93
22. LISTA DE FIGURAS E QUADROS	96
22.1 LISTA DE FIGURAS	96
22.1 LISTA DE QUADROS	96

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se na Proposta Pedagógica do curso técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, pertencente ao Eixo Tecnológico “Segurança” do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Está fundamentado nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.94/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB nº 2, de 30/01/2012, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica – Resolução CNE/CEB nº 6, de 20/09/2012, no Parecer CNE/CEB nº 06/2012 e na Normativa de Projeto Pedagógico de Curso do IFPA – Resolução CONSUP nº 217/2014, de 18/12/2015.

A organização do currículo do curso técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, do IFPA - Campus de Abaetetuba está fundamentado no preceito da formação do cidadão e na integração ao mundo do trabalho, através de ações pedagógicas significativas que permite o aprendizado permanente visando o atendimento aos princípios da execução, laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização na organização curricular, considerando as tendências do mercado de trabalho.

Portanto, esta proposta pedagógica visa à formação para a cidadania de maneira que o educando seja capaz de atuar no mercado de trabalho de forma ética e responsável, contribuindo para a sustentabilidade do meio ambiente para a transformação da realidade social.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino médio, forma profissionais que possuem uma área de atuação bastante ampla. Ele atua em todas as esferas da sociedade onde houver trabalhadores. Em geral ele atua em unidades fabris dos mais diversos tipos e dimensões, na indústria da construção civil, hospitais, empresas comerciais e industriais, grandes empresas privadas e estatais, mineradoras e de extração. Também pode atuar na área rural em empresas agroindustriais.

Dentre as atividades deste profissional, ele inspeciona locais, instalações e equipamentos da empresa, observando as condições de trabalho, para determinar fatores e riscos de acidentes; estabelece normas e dispositivos de segurança,

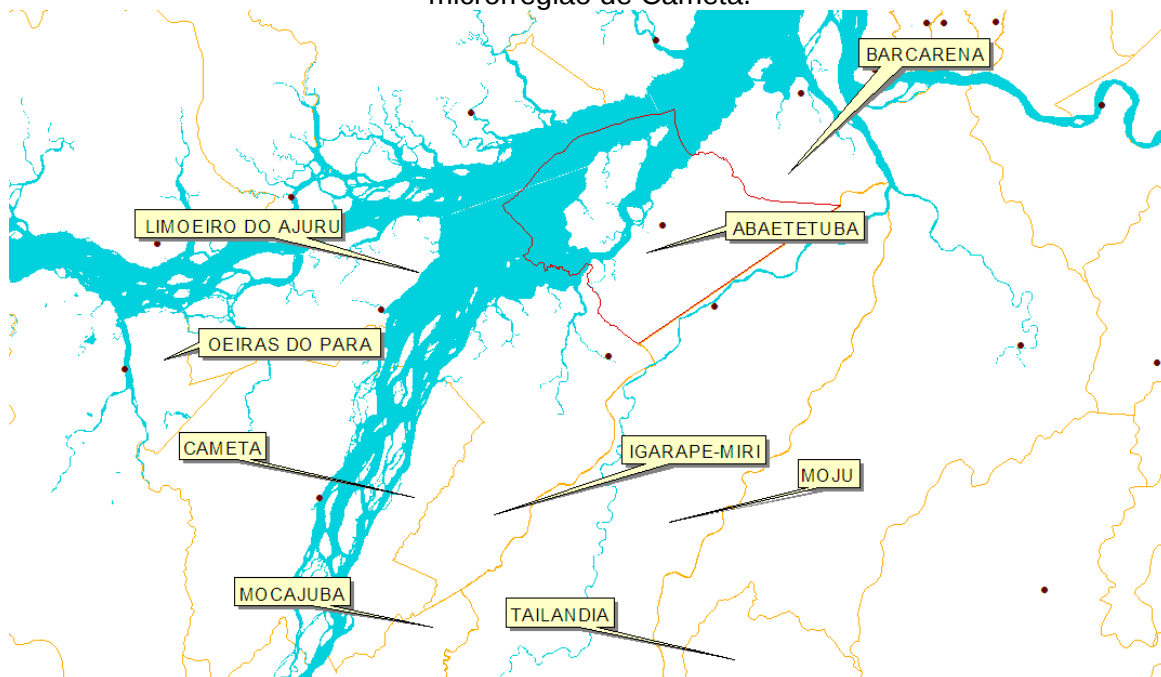
sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes; inspeciona os postos de combate a incêndios, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios, para certificar-se de suas perfeitas condições de funcionamento; comunica os resultados de suas inspeções, elaborando relatórios, para propor a reparação ou renovação do equipamento de extinção de incêndios e outras medidas de segurança; investiga acidentes ocorridos, examinando as condições da ocorrência, para identificar suas causas e propor as providências cabíveis; mantém contatos com os serviços médico e social da empresa ou de outra instituição, utilizando os meios de comunicação oficiais, para facilitar o atendimento necessário aos acidentados; registra irregularidades ocorridas, anotando-as em formulários próprios e elaborando estatísticas de acidentes, para obter subsídios destinados à melhoria das medidas de segurança; instrui os funcionários da empresa sobre normas de segurança, combate a incêndios e demais medidas de prevenção de acidentes, ministrando palestras e treinamento, para que possam agir acertadamente em casos de emergência; coordena a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes; participa de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente.

2. JUSTIFICATIVA

O Campus de Abaetetuba, ao qual está vinculado o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, está sediado no município de Abaetetuba, o qual possui uma população 141.100 habitantes, sendo 82.996 localizada na área urbana e 58.104 na área rural, distribuída em uma área de 1.610,603 km² (IBGE, 2010).

Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá, a qual é formada ainda pelos municípios de Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, sendo cortada pelo Rio Tocantins e com acentuada influência de Belém em virtude da proximidade com a cidade (Figura 01).

Figura 1 – Localização de Abaetetuba no contexto dos municípios que compõem a microrregião de Cametá.



Fonte: João Flávio Ribeiro Gonçalves, membro do Núcleo Docente Estruturante elaborador do PPC do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, do IFPA/Campus Abaetetuba - 2016.

O povoamento do município ocorreu às margens do Rio, o que construiu uma rica identidade cultural com o mesmo, seja como provedor de fonte de renda ou modal de transporte, visto que a tradição dos povos ribeirinhos tem a embarcação fluvial

como o principal meio de transporte e a pesca como atividade econômica e de sobrevivência. Além disso, as extensas áreas de várzea são propícias à exploração dos açaizais nativos na região, portanto, a ocupação predominante de seus moradores envolve as atividades extrativistas e a agricultura (fruticultura, além da lavoura de subsistência do milho, da mandioca e do arroz). No extrativismo, cabe-se relacionar a pesca, a caça de animais silvestres e a extração de resinas, essências e congêneres de natureza vegetal e principalmente a extração do açáí.

A economia da Região está concentrada no município de Barcarena que contribuiu com 67,2% na composição do produto da Região. Outros municípios se destacam na formação do produto como Abaetetuba (7,1%), Tailândia (5,7%) e Cametá (5,1%). Nos demais municípios as participações somam 14,9% - Moju (3,9%), Acará (3,4%), Igarapé-Miri (2,4%), Baião (1,7%), Oeiras do Pará (1,3%), Limoeiro do Ajuru (1,1%) e Mocajuba (1,1%).

No setor industrial as principais indústrias ligadas a área de mineração são: Alumínio Brasileiro S.A – ALBRAS, Alumina do Norte do Brasil S.A – ALUNORTE; Mineração Rio do Norte; Pará Pigmentos S/A – PPSA, Imerys Rio Capim Caulim – IRCC, Companhia de Alumina do Pará – CAP e ALUBAR.

No setor econômico de serviços as atividades predominantes no setor foram administração pública 41%, transporte 18%, aluguel 12% e comércio 10%, sendo que os principais segmentos comercializados foram combustíveis, carnes bovinas, móveis e bebidas (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2011).

Em função da posição estratégica do município de Abaetetuba, em relação aos demais municípios da região de integração do Tocantins, que agrega rica diversidade sociocultural e ambiental, o IFPA – Campus Abaetetuba, como centro de formação tecnológica e visualizando a importância de formação profissional que possa atender as demandas diferenciadas no mundo do trabalho, apresenta o projeto pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, o qual tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuar em atividades desde gestão, conservação, análise, planejamento, elaboração, execução de projetos e serviços na área de Segurança do Trabalho de forma integrada.

A saúde tem seu significado estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Esta

definição é muito importante porque incorpora a ideia de saúde ao componente ambiental, na medida em que, de acordo com a noção de saúde a que ela se refere, não está incluída apenas a doença, mas também nos fatores externos em que acarretam o seu aparecimento.

A Saúde e a Segurança do Trabalho caracterizam-se pela adoção de estratégias que levam os trabalhadores ao desenvolvimento de atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização de suas atribuições. Visa, ainda, implantar preceitos e valores de segurança, no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente, à produção e ao controle de custos de empresas.

O tema Segurança e Higiene do Trabalho vêm sendo discutidos constantemente por parte do empresariado, bem como pelo poder público. Legislações são adequadas aos mais diversos seguimentos laborais, protegendo o trabalhador contra acidentes e doenças profissionais.

A Segurança do Trabalho é um dos setores do mercado produtivo que se faz presente em todos os locais; portanto, de grande abrangência e diversificação em suas atividades, e apresentando um grande crescimento, pois a formação de pessoal especializado será capaz de atender as necessidades e as exigências do mercado de trabalho nesta área, salvaguardando a integridade física e mental do trabalhador, protegendo-o contra acidentes e doenças profissionais.

O Brasil, lamentavelmente, ainda é destaque em número de acidentes de trabalho e de incidência de doenças ocupacionais, estando sistematicamente entre os países que mais registram acidentes de trabalho do mundo. Essa posição deveria ser ainda pior, se todos os acidentes ocorridos fossem registrados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas não estivesse aquém da força real de trabalho existente no país.

Para termos uma noção da importância do tema saúde e segurança ocupacional basta observar que no Brasil, em 2009, ocorreu cerca de 1 morte a cada 3,5 horas, motivada pelo risco decorrente dos fatores ambientais do trabalho e ainda cerca de 83 acidentes e doenças do trabalho reconhecidos a cada 1 hora na jornada diária. Em 2009 observamos uma média de 43 trabalhadores/dia que não mais retornaram ao trabalho devido a invalidez ou morte. O tema prevenção e proteção contra os riscos derivados dos ambientes do trabalho e aspectos relacionados à saúde

do trabalhador felizmente ganha a cada dia maior visibilidade no cenário mundial e nacional (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016).

Segundo dados estatísticos de 1999 a 2010 elaborado pelo Instituto de desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará através do Governo do Estado do Pará com fonte fornecida pelo Ministério de Trabalho e Emprego, que diz respeito aos empregos das Mesorregião do Nordeste do Pará onde se encontra a cidade Abaetetuba entre outras cidades vizinhas, assim como a cidade de Barcarena que faz parte da Mesorregiões Metropolitana de Belém, tem mostrado um crescimento de emprego nos últimos dez anos nos mais diversos setores de atividades, como por exemplo na Indústria da transformação, na Construção civil, Comércio, na prestação de Serviços e Agropecuária (IDESP, 2016).

Diante deste cenário, a atuação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho torna-se cada vez mais necessária uma vez que o aumento de emprego necessita consequentemente deste profissional da área saúde e segurança ocupacional. A necessidade cada vez maior da formação de profissionais em nível técnico, possibilitando o exercício de suas atividades, de acordo com as normas legais, para responder às exigências decorrentes das formas de gestão, de novas técnicas e tecnologias e da globalização nas relações econômicas, o que vêm transformando a sociedade e a organização do trabalho.

Diante da demanda de formação profissional na região na área de Ambiente, Saúde e Segurança, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba disponibiliza aos egressos do Ensino Médio, o curso Técnico em Segurança no Trabalho, uma vez que se verifica que são poucas as Instituições públicas de ensino na região que ofertam o curso.

Assim, esta proposta pedagógica justifica sua importância, pois a oferta do Curso Técnico em Segurança no Trabalho aqui apresentada, constitui-se no fator primordial de formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Destaca-se que o IFPA - Campus Abaetetuba já oferta o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, portanto, a versão apresentada trata de uma atualização de PPC.

3.OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Proporcionar formação técnica em Segurança do Trabalho ao educando de forma que este possa aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, tendo em vista o desenvolvimento e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, possibilitando ao mesmo o prosseguimento dos estudos e atuação no mundo do trabalho com competência técnica, científica e humanística e com a compreensão da realidade numa perspectiva crítica, reflexiva e transformadora.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atuar em ações de prevenção nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho;
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho e programas de prevenção como PPRA, CIPA, PCMAT, PCMSO etc;
- Investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle;
- Incentivar a elaboração e/ou participação de programas e projetos específicos na sua área de atuação;
- Promover formação profissional, conscientizando para a construção de um ambiente seguro e saudável para os trabalhadores em seus locais de trabalho, que permita a prevenção dos acidentes e das doenças ocupacionais e do trabalho.

- Desenvolver a iniciativa e a liderança;
- Posicionar-se criticamente frente às inovações tecnológicas na Área de Segurança do Trabalho;
- Promover ao educando, formação humana, intelectual e profissional, voltada para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, ao acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento dos estudos.

4. REGIME LETIVO

O regime letivo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao Ensino Médio atenderá ao calendário acadêmico da instituição, sendo o período letivo semestral e inicialmente ofertado no turno noturno. Será regular, na modalidade presencial, estruturado em 03 (três) semestres letivos, com turmas de no máximo 40 alunos e com carga horária total de 1491 horas e 1480 hora.aula. O discente, após a conclusão dos componentes curriculares e o estágio curricular estará apto a receber o certificado de Técnico em Segurança do Trabalho.

O período mínimo para integralização do curso é de 03 (três) semestres letivos e no máximo o adicional de 02 (dois) semestres letivos, conforme a instrução dos §4º e §5º do Art. 209 do Regulamento Didático-Pedagógico.

Segundo o art. 212 do Regulamento didático do IFPA, terá matrícula automaticamente cancelada o estudante do IFPA que não cumprir a integralização curricular até o limite máximo estabelecido para a estrutura curricular a que esteja vinculado.

Ressalta-se, conforme o art. 210, do Regulamento Didático do IFPA, os períodos correspondentes a trancamento de matrícula de estudante regular não serão computados para efeito de contagem do limite máximo para integralização curricular.

No período de entre 2017 e 2021, a previsão do número de turmas ingressantes será de 01 (uma) a cada finalização de 03 (três) períodos letivos, sempre que uma turma estiver integralizando todos os componentes curriculares, outra estará ingressando, ou seja, ficando sempre duas turmas em atividade no campus, obedecendo ao calendário de efetivação de respectivo processo seletivo.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

A forma de acesso aos cursos ofertados pelo IFPA- Campus Abaetetuba ocorre mediante critérios estabelecidos no Regulamento Didático Pedagógico (IFPA, 2015) e legislação federal vigente:

- Realização de Processo Seletivo de caráter classificatório para candidatos egressos do Ensino Médio, conforme edital por nível de ensino;
- Transferência de discentes oriundos de outra Instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica condicionada à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular;
- Decorrente de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural, também condicionada à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular;

A escolaridade mínima exigida para o ingresso no curso é o Ensino Médio Completo, além disso, as formas de ingresso através de processo seletivo obedecerão à Lei nº 12.711/2012, que estabelece reserva de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes.

Vale destacar que é vedado o ingresso em cursos do IFPA no turno noturno a menores de 14 (quatorze) anos de idade.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O estudante do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, enquanto construtor de sua própria aprendizagem deve privilegiar a formação ética, criativa, humanística, técnica, solidária e crítica, devendo ser um sujeito autônomo, responsável e investigador, desenvolver atividades na área da Segurança do Trabalho, trabalhando sempre de forma integrada, sendo um instrumento de transformação da realidade.

Além disso, ser capaz de continuar aprendendo adaptando-se com flexibilidade a novas condições de ocupações ou aperfeiçoamentos posteriores, produzir novos conhecimentos e inserir-se como sujeito na vida social, política e cultural, de forma ativa, participativa e solidária, consciente de seu papel de cidadão. Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Para tanto, o Curso aborda uma sólida base de conhecimentos tecnológicos, capacidade gerencial e de adaptação a novas situações, postura ética pessoal e profissional, com o seguinte perfil profissional de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2014):

Analisa os métodos e os processos laborais. Identifica fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador. Realiza procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. Elabora procedimentos de acordo com a natureza da empresa. Promove programas, eventos e capacitações. Divulga normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional. Indica, solicita e inspeciona equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio. Levanta e utiliza dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas. Produz relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

O egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio poderá atuar em: empresas públicas e privadas, estando o egresso capacitado a exercer a profissão com competência técnica, com autonomia, criatividade, responsabilidade, inovação, espírito empreendedor e de liderança, trabalhando em equipe e politicamente posicionar-se em relação ao modelo predominante do sistema produtivo.

7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

A representação gráfica do perfil de formação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao ensino Médio apresenta a organização da estrutura formativa. O percentual dos componentes curriculares está distribuído de acordo com a especificidade da área de formação profissional. Os componentes curriculares da formação complementar possibilitarão melhor interação, enriquecimento e compreensão dos conhecimentos específicos.

Figura 2 - Perfil de formação em percentual do Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.



Fonte: João Flávio Ribeiro Gonçalves, membro do Núcleo Docente Estruturante elaborador do PPC do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, do IFPA/Campus Abaetetuba - 2016.

8. MATRIZ CURRICULAR

Os três semestres sequenciais constituem a organização curricular com carga horária total de 1491 horas, sendo, 1231 horas para os componentes curriculares, o de 240 horas de Estágio Curricular Supervisionado e 20 horas para as Atividades Complementares. Portanto, além dos componentes curriculares, o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares serão obrigatórias para integralização da matriz curricular.

O primeiro semestre, de caráter fundamental, possibilita ao discente, bases tecnológicas e científicas, de maneira a prepará-lo para a realização dos dois outros semestres. Os semestres foram planejados considerando uma sequência lógica, complementando-se à medida que os educandos avançam de um módulo para o outro.

A matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio do IFPA Campus Abaetetuba mostrada a seguir no Quadro 01, contém todos os componentes curriculares formado pelas disciplinas básicas e técnicas, suas respectivas horas-aula e horas-relógio distribuídos nos três semestres letivos. No Quadro 02, é apresentado a Síntese da Matriz Curricular que apresenta a carga horária mínima exigida pela legislação, e a compara com a respectiva carga horária constante neste PPC, sendo composto pelos totais das cargas horárias das disciplinas obrigatórias, práticas profissionais, estágio curricular, projeto integrador e atividades complementares.

Em seguida, são apresentados o ementário e bibliografia básica e complementar de cada componente curricular, segundo o semestre em que serão trabalhadas. Além disso, em cada disciplina são indicados os pré-requisitos; quando necessários; e a carga horária total do curso.

Ressalta-se que esta Matriz Curricular é para vigência das turmas ingressantes a partir do primeiro semestre de 2017.1.

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

	1º Semestre	Hora.aula Semanal	Hora.aula	Hora.relógio
Componentes Curriculares	DESENHO TÉCNICO	4	80	67
	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	3	60	50
	PSICOLOGIA DO TRABALHO	2	40	33
	MATEMÁTICA BÁSICA E ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	3	60	50
	INTRODUÇÃO A HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4	80	67
	INFORMÁTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	3	60	50
	BIOSSEGURANÇA	3	60	50
	SEGURANÇA NO TRANSITO	3	60	50
	TOTAL	25	500	417

	2º Semestre	Hora.aula Semanal	Hora.aula	Hora.relógio
Componentes Curriculares	ERGONOMIA	3	60	50
	TÉCNICA E PREVENÇÃO DE COMBATE A SINISTROS	3	60	50
	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS E RISCOS	4	80	67
	NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICADA	3	60	50
	SAÚDE OCUPACIONAL	2	40	33
	METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA	3	60	50
	GESTÃO AMBIENTAL	2	40	33
	HIGIENE DO TRABALHO I	3	60	50
	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	2	40	33
	TOTAL	25	500	416

	3º Semestre	Hora.aula Semanal	Hora.aula	Hora.relógio
Componentes Curriculares	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	3	60	50
	ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2	40	33
	HIGIENE DO TRABALHO II	3	60	50
	SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	2	40	33
	DOENÇAS E MEDICINA DO TRABALHO	3	60	50
	PRIMEIROS SOCORROS	2	40	33
	PESQUISA EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2	40	33
	PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	3	60	50
	SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2	40	33
	PROJETO INTEGRADOR	2	40	33
TOTAL		24	480	398

Quadro 2 - Síntese da Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Carga Horária Total do Curso				
Síntese da Matriz		Hora.aula Semanal	Hora.aula	Hora.relógio
	1 Disciplinas	74	1480	1231
	2 Estágio Curricular Supervisionado	-	-	240
	3 Atividades Complementares	-	24	20
	TOTAL			1491
	Resumo e Análise Quantitativa da Matriz	Hora.aula de acordo legislação	Carga horária do curso dessa matriz	Carga horária curso de acordo com legislação
	Carga horária do curso e carga horária mínima do curso de acordo com a legislação	1440	1491	1200

8.1. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

8.1.1 Primeiro semestre

Disciplina DESENHO TÉCNICO	Período 1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 67 horas

EMENTA:

Razão e importância do desenho técnico para o curso de segurança do trabalho;
 Material Técnico;
 Formatos padronizados de Folhas de Desenho;
 Escalas métricas;
 Construções geométrica perpendiculares, paralelas, ângulos, circunferências;
 Sistemas de Representação gráfica: projeções e vistas.
 Projeções ortogonais: Vistas ortográficas.
 Projeções axonométricas: Ortogonal e Oblíqua.
 Construções de Sistema isométrico;
 Vistas ortográficas auxiliares.
 Linhas: simbologias, tipos e emprego;
 Escalas: usos e transformações;
 Cotas: representação e regras de contagem
 Figuras Planas e Projeções: vistas, cortes e plantas;
 Detalhes, contagem de detalhes;
 Simbologia e convenções (arquitetura, hidráulicos, elétrica e incêndios).
 Elementos Básicos de uma construção;
 Interpretação de croquis e projetos de arquitetura e de instalações elétrica e hidrosanitária, de acordo com ABNT;
 Elaboração e análise de layout dos ambientes de trabalho – NR 12, NR 24 e NR 26;
 Projetos de arquitetura;
 Leitura/Entendimento de Projetos (arquitetura, hidráulicos, elétrica e incêndios)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VIERCK Charles J.; **Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica**; Globo, 1999

SILVA Arlindo, Carlos TAVARES, João Sousa e Luis; **Desenho Técnico Moderno**; LTC (Grupo GEN), 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VENDITTI, Marcus Vinicius R.; **Desenho técnico sem prancheta com 22 déias**; VISUAL BOOKS, 2010.

SILVA Arlindo, Carlos TAVARES, João SOUSA e Luis; **Desenho técnico moderno**; LTC (Grupo GEN), 2006.

Disciplina LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	Período 1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 50 horas

EMENTA:

Conceitos gerais: Língua, Linguagem e Fala;

Língua Oral e Escrita;

Funções da Linguagem;

Importâncias e níveis de leitura;

Redação de relatórios técnicos (estrutura e tipos: Ex.

FISPQ, C.A do MTE, PT);

Intertextualidade – conhecimento e análise das leituras lingüísticas – análises de textos;

Estruturação de textos: objetividade e subjetividade – gêneros textuais e relatórios;

Análises textuais e temáticas;

Mecanismos gramaticais, -Instrumentalização para análise de leituras e produções de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOBRAL, João Jonas Veiga. **Técnicas de redação**. IGLU, 1ª Edição.

MEDEIROS, **Técnicas de redação**. Editora Atlas, 4ª Edição

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEIROS João B., **Português Instrumental**. Atlas Editora 4a edição. 2000.

Disciplina PSICOLOGIA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 33 horas

EMENTA:

Psicologia Aplicada nas Relações de Trabalho
 Fundamentos do Comportamento Humano
 Motivação
 Liderança
 Comunicação Interpessoal
 Qualidade de Vida e Saúde Mental no Trabalho
 Ética Profissional
 Segurança no Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PERREWÉ, Ana Maria Rossi, Pamela L. e SAUTER Steven L.; **Stress e qualidade de vida no trabalho: Perspectivas atuais da saúde ocupacional**, ATLAS, 2005
 MOREIRA, Dirceu; **Transtorno do assédio moral bullying – a violência silenciosa**; WAK, 2010
 VIEIRA, João Luis Teixeira; **O assédio moral no trabalho – conceito, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção**; LTR Editora, 2010
 MOTA, Míriam Cristina Zaidan. **Psicologia aplicada em segurança do trabalho**; Ltr Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira et al. **Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas**. Caderno de pesquisas em Administração, v. 8, n. 1, p. 23-35, 2001.
 CATALDI, Maria José Giannella. **O stress no meio ambiente de trabalho**. Editora LTr, 2002.

Disciplina MATEMÁTICA BÁSICA E ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas

EMENTA:

Matemática Básica: Arredondamento, frações, porcentagem, expressões algébricas.

Conceitos básicos de estatística

Método estatístico

Séries estatísticas

Distribuição de frequência

Representação tabular.

Gráficos estatísticos

As medidas de tendência central: média aritmética simples e ponderada, moda e mediana.

Principais Termos utilizados na estatística de acidentes de trabalho, conforme a NBR 14280/2001.

Taxas de frequência e gravidade de acidentes, conforme a NBR 14280/2001.

Números médios para efeito de estatística de acidentes para cada trabalhador, conforme a NBR 14280/2001.

Tabela de dias debitados, conforme a NBR 14280/2001.

Interpretação de dados estatísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANUÁRIO Estatístico de Acidentes do Trabalho 2007: **Seção II - Indicadores de Acidentes do Trabalho.** Disponível em:

<<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=645>>. Acesso em: 29 Set. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 14280/01: cadastro de acidentes de trabalho: procedimentos e classificação**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.segurancaetrabalho.com.br/download/nbr14280-cadastro.doc>>. Acesso em: 29 Set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho. **Portaria n.º 33, de 27 de outubro de 1983**. Brasília, 1983. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/1983/p_19831027_33a.pdf>. Acesso em: 29 Set. 2017.

COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **Curso de estatística básica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2011.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. **Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira**. São Paulo: Atual, 2004.

MUCELIN, Carlos Alberto. **Estatística**. Curitiba: Livro técnico, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base editorial, 2010.

Disciplina INTRODUÇÃO À HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 67 horas

EMENTA:

Histórico da Segurança do trabalho

Legislação do Trabalho

Fundamentos da Segurança no Trabalho: Definições (Acidentes do trabalho:

Conceito legal x Conceito prevencionista)

Acidente e Incidente, Causas de acidente

Fundamentos de Higiene do trabalho: Riscos Ambientais, Agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de Acidentes

Mapa de Riscos Ambientais

Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva – NR 06.

Noções de Normas Regulamentadoras

NR 01 – Disposições Gerais, NR 02- Inspeção Prévia, NR 03 – Embargo e Interdição

NR 04 – Serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho

NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

NR 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TUFFI Messias Saliba; **Segurança e Saúde no Trabalho (Cidadania, competitividade e produtividade)**, LTR Editora, 2010

PONZETTO, GILBERTO; **Mapa de riscos ambientais**; LTR Editora, 2010

RY STEWART; **Acidentes de trabalho**; Record, 2009

GILBERTO MAFFEI A. SAMPAIO; **Pontos de Partida... em Segurança Industrial**; QUALITYMARK, 2011

COSTA, Marco Antônio F. da, COSTA Maria de Fátima Barrozo da; **Segurança e Saúde no Trabalho (Cidadania, competitividade e produtividade)**; QUALITYMARK, 2011.

FAVA, Estevão Mallet Neves (Org.). **Consolidação das Leis do Trabalho: Constituição Federal**, Legislação. Rideel. São Paulo, 2012.

BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. Ed. SENAC. São Paulo, 2011.

CAMPOS, Armando. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA: Uma nova abordagem**. SENAC, 2013.

REIS, Roberto Salvador. **Segurança e Medicina do Trabalho: Normas Regulamentadoras**. YENDIS. São Paulo, 2012.

PONZETTO, Gilberto. **Mapa de Riscos Ambientais: Aplicado à Engenharia e Segurança do Trabalho – CIPA**. LTr. São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATLAS, Segurança e Medicina do Trabalho: **Manual de Legislação**. São Paulo, ATLAS, 2016.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense, 1995

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho**. 2001.

VIEIRA, Sebastião Ivone. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho: segurança, higiene e medicina do trabalho**. Volume 1. Ltr, 2005.

EQUIPE ATLAS; **Segurança e Medicina do Trabalho – Manuais de Legislação**, ATLAS, 2011.

Disciplina INFORMÁTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas

EMENTA:

Introdução e Processamento de dados

Conhecimentos gerais sobre computadores (Hardware, software, periféricos, discos, unidades de medida, memórias, etc.)

Sistemas Operacionais, Internet, Browsers ou Navegadores, Hiperlink, link, download, e-mail, site, home.

Planilhas Eletrônicas: uso prático em segurança do trabalho, almoxarifados, etc.

Editores de Textos: MS Office e Libre Office

Base de Dados: MS Office e Libre Office

Apresentação de Slides: MS Office e Libre Office

Softwares de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho: simulações de uso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Izabel N. G. **Informática Básica**. 7. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2011.

MANZANO, José Augusto N. G. **Guia Prático de Informática**: terminologia, microsoft windows 7, internet e segurança, microsoft office word 2010, microsoft office excel 2010, microsoft office powerpoint 2010, microsoft office access 2010. São Paulo: Érica, 2011.

SILVA, Mário gomes da. **Informática - terminologia**: Microsoft Windows Vista, internet e segurança, Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office PowerPoint 2007, Microsoft Office Access 2007. São Paulo: Erica, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Disciplina BIOSSEGURANÇA	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas

EMENTA:

Introdução a biossegurança;
 Importância da biossegurança e responsabilidade social;
 Níveis de contenção física e classificação dos microrganismos por classes de riscos;
 Estrutura e organização do laboratório;
 Gerenciamento de resíduos biológicos;
 Gerenciamento de resíduos químicos;
 Métodos de desinfecção e esterilização;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASTROENI, Marco Fabio; **Biossegurança: Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde**; Atheneu, 2005
 HACHET, Jean-Charles; **Toxicologia de urgência: produtos químicos industriais**; Andrei, 1997
 ARAUJO, Giovanni Moraes de; **Segurança na armazenagem, manuseio e transporte produtos perigosos**; GVC,
 COSTA, Marco Antonio F. da; **Qualidade em Biossegurança**; Qualitymark, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FILHO Jorge Mancini & HIVATA, Mário Hiroyuki, **Manual de Biossegurança**; Nolema, 2002.

Disciplina SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 50 horas

EMENTA:

Introdução histórica do trânsito
 Acidentes no trânsito: suas causas e estatísticas
 Legislação de trânsito
 Segurança no trânsito
 Princípios da física aplicados à direção (Atrito e resistência aerodinâmica)
 Direção Defensiva, itens de segurança e sinalização
 Sinalização (classificação, sinais sonoros, gestos dos agentes e gestos dos condutores)
 Ficha de informação de segurança de produtos químicos
 Transporte de produtos perigosos
 Cursos especializados destinados a condutores de produtos perigosos
 EPI's (equipamento de proteção individual)

BIBLIOGRAFIA BASICA:

CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos; HOFFMANN, Maria Helena – **Comportamento Humano no Trânsito** – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
 TOLENTINO, Nereide E. B. – **Trânsito: Qualidade de Vida do Conductor e o Código de Trânsito Brasileiro** – São Paulo: Edicon, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho Nacional de Trânsito. Departamento Nacional de Trânsito. **Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em vigor**. Brasília: DENATRAN, 2008.
Código de trânsito brasileiro: Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. BRASIL.
 VERÍSSIMO, Luis Fernando. **O Trânsito**. In: CARDOSO, Beatriz; EDNIR, Madza (Orgs.). Ler e escrever, muito prazer! São Paulo: Ática, 1998.
 BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>.

8.1.2 Segundo semestre

Disciplina ERGONOMIA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 50 horas

EMENTA:

Histórico, Evolução e Objetivos da Ergonomia
 Conceitos e Definições e Classificação da Ergonomia
 Antropometria aplicada
 Posto de trabalho
 Biomecânica e Posturas ocupacional
 Levantamento e transporte de peso
 Doenças causadas por esforços repetitivos
 Ginástica Laboral
 Ergonomia cognitiva. (psíquicos e organizacionais)
 A ergonomia dos sistema/homem/máquinas/meio
 Ergonomia na organização e métodos de trabalho
 Fisiologia do Trabalho
 Estudo dos fatores ambientais (Ruídos, Temperatura, Iluminação, Vibrações dentro dos aspectos ergonômicos e de conforto ambiental)
 Análise Ergonomia do Trabalho - AET
 Aspectos da AET (biomecânicos, fisiológicos, antropométricos, ambientais, psíquicos e organizacionais)
 Considerações sobre a NR 17 – Ergonomia e NBR's correlatas

BIBLIOGRAFIA BASICA:

FIGUEIREDO, Fabiana & MONT´ALVAO, Claudia; **Ginástica Laboral e Ergonomia**; SPRINT; 2005
 IIDA, Itiro; **Ergonomia: Projeto e Produção**; Edgard Blucher, 2005
 GRANDJEAN, Etienne; **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**, Bookman, 2005
 DUL, Jan & WEERDMEESTER, Bernard; **Ergonomia Prática**; Edgard Blucher, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EDITORA SARAIVA; **Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011

EQUIPE ATLA; **Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação**,
ATLAS, 2011

Disciplina TÉCNICA E PREVENÇÃO DE COMBATE A SINISTRO	Período 2º semestre
Pré-requisito: Segurança no Trânsito	CH: 50 horas

EMENTA:

Conceito e importância da segurança do trabalho na proteção contra sinistros
 Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra sinistros
 Conceito de carga-incêndio e classificação dos riscos por tipo de ocupação
 Conceito de fogo e incêndio e seus efeitos
 Explosivos: conceituação, tipos, identificação e controle
 Classes de incêndio e métodos de extinção
 Agentes extintores
 Conceito de brigada de Incêndio, brigada de abandono e bombeiro profissional civil.
 Proteção estrutural: tipos
 Sistemas de detecção e alarme de incêndio
 Sistemas fixos e móveis de combate a sinistros
 Planos de emergência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRENTANO, Telmo; **A proteção contra Incêndios no Projeto de Edificações**; Edições, 2007
 PEREIRA, Anderson Guimarães; **Segurança Contra Incêndios**; LTR Editora, 2009
 CAMILLO JR, Abel Batista. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndio**, SENAC-SP, 2004
 PEREIRA, Áderson Guimarães & POPOVIC, Raphael Rodriguez; **Tecnologia Em Segurança Contra Incêndio**; LTR Editora, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EDITORA SARAIVA; **Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011
 EQUIPE ATLAS; **Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação**, ATLAS, 2011

Disciplina PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS E RISCOS	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 67 horas

EMENTA:

Introdução a prevenção de riscos e perdas
 Administração de Riscos
 Causa de Perdas no Sistema
 Custos de Acidente
 Gerenciamento de Riscos
 Riscos Ambientais
 Prevenção e Controle dos Riscos no trabalho
 Mapa de Risco
 NR 07 - PCMSO (Programa de Controle em Medicina e Saúde Ocupacional)
 NR 09 - PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais)
 Técnicas de Análise de Riscos: Análise Preliminar de Risco (APR), *CheckList*,
 Diagrama de Causa e Efeito, Análise pela Árvore de Causas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FROTA, Alvaro; **O Barato Sai Caro (Como reduzir Custos através da qualidade)**; QUALITYMARK, 2011
 PONZETTO, Gilberto. Mapa de Riscos Ambientais: aplicado à engenharia e Segurança do Trabalho – CIPA. Ed. LTr, São Paulo, 2010.
 CONWAY, William e.; **Caçadores De Desperdícios**; QUALITYMARK, 2011
 TAVARES, Jose da Cunha; **Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho** ; SENAC, 2004
 PALADY, Paul; **FMEA: Análise dos Modos de Falha e Efeito**; IMAM, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZOCCHIO Alvaro; **Prática da Prevenção de Acidentes: ABC Segurança do Trabalho**; ATLAS; 2022
 SHERIQUE Jaques; **Aprenda como Fazer - PPRA - PCMAT - PGR - LTCAT - LT - PPP - GFIP**; LTR Editora, 2011

POSSIBOM, Wlter Luiz Pacheco; **NR'S 7 E 9 - PCMSO — PPRA — PCA — PPR — PGRSS**; LTR Editora, 2008

BINDER, Maria Cecília Pereira & ALMEIDA, Ildeberto Muniz de & MONTEAU, Michel; **Árvore de Causas: Métodos de Investigação Acidentes Trabalho**; Mirvan, 2000

Disciplina NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICADA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	CH: 50 horas

EMENTA

Conceito e importância das Normas do Trabalho, Histórico e Abrangência.
 Princípios, Objetivos e Benefícios das Normas do Trabalho
 Principais Normas de aplicação Industrial na era da Globalização
 Noções de Direito (Conceito, Divisão, Fontes, Hierarquia das Leis, Eficácia da Lei no Tempo e Sujeitos e Capacidade Jurídica)
 Constituição Federal do Brasil: Título I, Título II (Capítulos I e II) e Título VIII (Capítulos I e II)
 Consolidação das Leis do Trabalho: Título I, Título II, Título III (Capítulos III e IV)
 Legislação Previdenciária Aplicada à Segurança do Trabalho
 Responsabilidade Civil e Criminal do acidente de trabalho
 Providências legais em caso de acidentes graves e fatais
 Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social
 Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Sindicatos
 NR 05 – CIPA
 Seguros: histórico, objetivo e função social e econômica, Formas de Cobertura
 Interpretações de pareceres e laudos técnicos e perícias
 PPP: aspectos administrativos e Legais
 NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
 FAP – Fator Acidentário de Prevenção
 NR – 28 Cálculo de Multa e Fiscalização
 Compromissos profissionais do técnico em segurança no trabalho

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. 1943
 GONZAGA, Paulo; PPP - Perfil Profissional gráfico previdenciário; LTR Editora, 2004
 Paulo Rogério A. de Oliveira; NETP-FAP (Um Novo Olhar sobre a Saúde do Trabalhador), LTR Editora, 2010
 REIS, Roberto Salvador; Segurança e Medicina do Trabalho; Yendis, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

POSSIBOM, Wllter Luiz Pacheco; NR'S 7 E 9 - PCMSO — PPRA — PCA — PPR — PGRSS; LTR Editora, 2008

EQUIPE ATLAS; Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação, ATLAS, 2011

Disciplina SAÚDE OCUPACIONAL	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	CH: 33 horas

EMENTA:

Conceito de Saúde e Doença
 Histórico das Doenças
 Saúde Pública
 Doenças Ocupacionais
 Noções de Epidemiologia
 Noções de Anatomia e Fisiologia Humana
 Noções de Toxicologia
 Fundamentos de Higiene -Doenças Sexualmente Transmissíveis; Prevenção da AIDS; Tabagismo, Etilismo, Toxicomanias e Automedicação
 NR 7 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional-PCMSO
 Programas de Imunização de Doenças Ocupacionais
 NR 32 Trabalhos em Serviços de Saúde
 ASO, PPP e LTCAT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 07** - Programa de. Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1996. Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF19C09E2799/nr_07_ssst.pdf

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n 8, de 08 de maio de 1996- NR 07. Altera Norma Regulamentadora NR-7- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 134, n. 91, p. 8202, 13 de mai. 1996.

TORTORA, Gerard J. e DERRICKSON, Bryan. **Corpo Humano – Fundamentos de Anatomia e Fisiologia**. Artmed. 8ª ed.2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e de Microbiologia**. 4ª edição. Brasília. 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Terminologia Básica de Saúde**. Brasília, Centro de Documentação, 1983.

Disciplina METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Leitura e Produção de Textos	CH: 50 horas

EMENTA

Pesquisa científica: noções introdutórias;
Métodos e técnicas de pesquisa;
Projeto de pesquisa em segurança do trabalho;
Etapas do projeto

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: **Informação e Documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

_____. **NBR10520 – Informação e documentação – Citações – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 14724 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **NBR 15287 – Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011b.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: normas critérios e procedimentos. 4. ed. ver. ampl. e atual.- Belém: UFPA, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. ver. e atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marly Monteiro (coord.). **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Disciplina GESTÃO AMBIENTAL	Período 2º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 33 horas

EMENTA

Conceitos Básicos de Gestão de Meio Ambiente
 Aspectos Conceituais de Saneamento Ambiental
 Saneamento e Meio Ambiente
 Poluição Ambiental
 Noções de Impacto Ambiental
 Legislação aplicada ao Saneamento Ambiental
 Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Líquidos e Gasosos.
 Tratamento de Resíduos Comercial, Hospitalar, Industrial.
 Norma Regulamentadora NR 25 – Resíduos Industriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PHILIPPI JR, Arlindo et al; **Curso de Gestão Ambiental**, Manole, 2004
 PHILIPPI JR., Arlindo (Ed.). **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Manole. São Paulo, 2010.
 CARVALHO, Anésio Rodrigues de. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio Ambiente** - 8ª edição, SENAC, 2007
 MOTA, Suetônio. **Introdução a Engenharia Ambiental**. Expressão gráfica. Rio de Janeiro, 2010.
 DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. Oficina de textos. São Paulo, 2012.
 CAVALCANTE, José Eduardo W. de A. **Manual de Tratamento de Efluentes Industriais**. São Paulo: Engenho Editora Técnica Ltda, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA, Suetônio. **Introdução a Engenharia Ambiental**. Expressão gráfica. Rio de Janeiro, 2010.
 MANO, Eloisa Biasotto et all. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem** - 2ª edição , Edgard Blucher, 2010.
 ABNT, Rio de Janeiro. **NBR ISO 14001:1996, Sistema de Gestão ambiental** –

Especificação e diretrizes para uso. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 1996.

REIS, Roberto Salvador. **Segurança e Medicina do Trabalho: Normas**

Regulamentadoras. Norma Regulamentadora NR 25. YENDIS. São Paulo, 2012

Disciplina HIGIENE DO TRABALHO I	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho	CH: 50 h

EMENTA

Histórico da Higiene Ocupacional: No Mundo; No Brasil.

Entidades Internacionais e Nacionais: American Conference of Industrial Hygienists (ACGIH); American Industrial Hygiene Association (AIHA); Occupational Safety and Health Administration (OSHA); Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais (ABHO).

Norma Regulamentadora Nº 9 (NR-9).

Norma Regulamentadora Nº 15 (NR-15).

Limites de Tolerância - LT's

Limites de Exposição Ocupacional (TLV-TWA, TLV-STEL e TLV-C)

Fórmula de Brief & Scala

Nível de Ação

Índices Biológicos de Exposição (BEI's)

Agentes Físicos: Ruído

Instrumentação em Ruído: Parâmetros utilizados no Brasil; Medidor de Nível de Pressão Sonora; Dosímetro de Ruído; Norma de Higiene Ocupacional,

Procedimento Técnico, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído. NHO 01.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TUFFI, Messias Saliba; **Insalubridade e Periculosidade, Aspectos técnicos e Práticos**; LTR Editora. 2009

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração**; LTR Editora, 2009

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor**, LTR Editora, 2010

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados**; LTR Editora, 2010

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído**; LTR Editora, 2010

TUFFI, Messias Saliba & CORRÊA, Márcia Angelim Chaves; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados Gases e Vapores**; LTR Editora, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EQUIPE ATLAS; Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação, ATLAS, 2011

Disciplina SOCIOLOGIA DO TRABALHO	Período 2º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 33 horas

EMENTA

Conceito de trabalho para os clássicos da sociologia;
 Taylorismo e Fordismo;
 Toyotismo e o programa de qualidade total;
 Processo de trabalho e inovação tecnológica, da reestruturação produtiva e do mercado de trabalho;
 Relações etnicorraciais e sócio-culturais no trabalho;
 Organização dos trabalhadores e os direitos humanos sobre o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da Sociedade**. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
 DURKHEIM. **A divisão do trabalho social**. S/r
 MARX, K. **Divisão do trabalho e manufatura**. In: _____. O capital. 9.ed. São Paulo: Difel, 1984. Livro 1, Volume 1.
 WEBER. **Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Martin Claret, São Paulo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo, Ed. Cortes, 2010.
 SOUZA. **Trabalho, Capital Mundial e formação dos trabalhadores**. Ed.senac, Fortaleza, 2008.

8.1.3 Terceiro Semestre

Disciplina SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	Período 3º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas

EMENTA

Histórico do SGI – Sistema de Gestão Integrada
 Sistema de Gestão Integrado: Sistema de Gestão da Qualidade – ABNT ISO 9001/2015
 Sistema de Gestão Ambiental – ABNT ISO 14001/2015
 Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – BS OHSAS 18001/2007.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Sistemas de Gestão Ambiental** (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001): vantagens da implantação integrada. ATLAS. São Paulo, 2010.
 VIEIRA FILHO, Geraldo. **Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática**. Ed.Alinea. São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT, Rio de Janeiro. **NBR ISO 9001:2000, Sistema de Gestão de Qualidade – Requisitos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 2000.
 ABNT, Rio de Janeiro. **NBR ISO 14001:1996, Sistema de Gestão ambiental – Especificação e diretrizes para uso**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 1996.

Disciplina ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 3º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 33 horas

EMENTA

Antecedentes históricos da administração.
 Sistemas de administração.
 Divisão do trabalho.
 Autoridade e responsabilidade.
 Unidade de comando.
 Hierarquia dos sistemas.
 Conceito e tipo de organograma.
 Recursos humanos.
 Princípios básicos de supervisão.
 Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho e suas responsabilidades.
 Relações interdepartamentais.
 Administração de Pessoal.
 Planejamento, organização, ativação e controle.
 Gestão de estoques de EPI's E EPC's
 Os 5'S na gestão da Segurança do Trabalho.
 Pirâmide das necessidades de Maslow

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLANCHARD, Kenneth; **O Gerente Minuto em Ação**, Record, 1991
 CHIAVENATO, Idalberto; **Introdução a Teoria Geral da Administração** (3ª Edição Compacta); Campus, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

3. JOSE DA CUNHA TAVARES; **Tópicos de Administração Aplicada a Segurança do Trabalho**; SENAC, 2010.

Disciplina HIGIENE DO TRABALHO II	Período 3º semestre
Pré-requisito: HIGIENE DO TRABALHO I	CH: 50 horas

EMENTA

Agentes Físicos: Calor; Frio; Radiação Ionizante; e Radiação Não Ionizante
Instrumentação em Calor: Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG);
Conjunto Convencional; Conjunto Não Convencional;
Norma de Higiene Ocupacional, Procedimento Técnico, Avaliação da Exposição
Ocupacional ao Calor. NHO 06;
Instrumentação em Vibração: Instrumentação em Vibração
Radiação Ionizante e Não-Ionizante
Agentes Químicos: Aerodispersóides; Poeiras, Fumos metálicos e outros
particulados (algodão, asbesto, metálica, madeira, PNOS); Gases e Vapores
orgânicos e inorgânicos; Programa de Proteção Respiratória (PPR).
Instrumentação em Agentes Químicos: Tubos colorimétricos; Dosímetro passivo;
Bomba gravimétrica; Ciclone Respirável / Torácico; Norma de Higiene
Ocupacional, Coleta de material particulado sólido suspenso no ar de ambientes de
trabalho. NHO 08.
Agentes Biológicos: Vírus; Bactérias; Fungos; Bacilos; Parasitas.
Medidas de controle da exposição ocupacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUNDACENTRO. **Série Técnica de Avaliação de Riscos Ambientais – NHT 01 a NHT 14**. São Paulo, 1985.
FUNDACENTRO, **Norma de Higiene Ocupacional (NHO) 03**. Análise Gravimétrica de aerodispersóides sólidos coletados sobre filtros de membrana. Ministério do Trabalho, 2001.
TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados**; LTR Editora, 2010
TUFFI, Messias Saliba & CORRÊA, Márcia Angelim Chaves; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados Gases e Vapores**; LTR Editora, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio
Rua Rio de Janeiro, 3322 – Francilândia - 68440-970 – Abaetetuba/PA ; Endereço eletrônico: abaetetuba.ifpa.edu.br

TUFFI, Messias Saliba; **Insalubridade e Periculosidade, Aspectos técnicos e Práticos**; LTR Editora. 2009

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração**; LTR Editora, 2009

Disciplina SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	Período 3º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 33 horas

EMENTA:

Histórico da Construção Civil

Riscos Ambientais na Construção Civil: Riscos Físicos, Riscos Químicos, Riscos Biológicos, Riscos Ergonômicos e Riscos Acidentes.

NR 35 – Trabalho em Altura

NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SÁ, Anneliza Soares de & AVELAR, Cristina Lúcia Fernandes de. **Manual Prático - Nr 18 (Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção)**, LTR Editora, 2010

SHERIQUE, Jaques; **Aprenda como Fazer - PPRA - PCMAT - PGR - LTCAT - LT - PPP - GFIP**; LTR Editora, 2011

SAMPAIO, Jose Carlos de Arruda; **PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente**; PINI, 1999

POSSIBOM, Wlter Luiz Pacheco; **NR'S 7 E 9 - PCMSO — PPRA — PCA — PPR — PGRSS**; LTR Editora, 2008

EDITORIA SARAIVA; **Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011

CAMPOS, Armando. CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: Uma Nova Abordagem. . SENAC. 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EQUIPE ATLAS; **Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação**, ATLAS, 2011.

MORAES, Márcia Vilma G. **Doenças Ocupacionais - Agentes: Físico, Químico, Biológico, Ergonômico**. . Érica. 2010.

RODRIGUES, Flávio Rivero. **Prevenindo Acidentes na Construção Civil**. 2º. LTr. 2013

SESI - Departamento Regional de São Paulo. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. SESI, 2008.

Disciplina DOENÇAS E MEDICINA DO TRABALHO	Período 3º semestre
Pré-requisito: Não há.	CH: 50 horas

EMENTA

Introdução à Evolução à Higiene

Princípios gerais de segurança

Higiene e Profilaxia

Microbiologia e Parasitologia

Métodos e técnicas de limpeza e desinfecção terminal e concorrente

Prevenção e controle das infecções

Principais ativos dos produtos químicos

Contaminação radioativa: fonte, prevenção e controle.

NR – 32 – Trabalho em Serviço de Saúde

Riscos Biológicos

Higiene do Trabalhador

Conceito de Trabalhador, Saúde, Doença do Trabalho e doença Profissional

Riscos Ambientais: Relação entre Riscos Ocupacionais e Danos à Saúde do Trabalhador

Noções de Epidemiologia: instrumentos de notificações dos Programas de Saúde do Trabalhador

Principais doenças profissionais causadas ou agravadas por fatores de riscos presentes nos locais de trabalho: vias aéreas, dermatoses ocupacionais, PAIR – Perda Auditiva Induzida por Ruído, distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho, intoxicações exógenas.

Outras doenças de interesse ocupacional: alcoolismo, distúrbios alimentares, tabagismo, toxicologia, etc...

Toxicologia: conceitos básicos, formas físicas dos agentes químicos, exposição a substâncias potencialmente tóxicas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Avo Filipe Barbosa; **Acidentes do Trabalho, Doenças Ocupacionais e Nexos Técnico Epidemiológico**; MÉTODO (Grupo GEN), 2010.

MONTEIRO, Antonio Lopes & BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. Saraiva, 2010.

IRINEU, Antonio Pedrotti; **Doenças Profissionais ou do Trabalho**; Servanda, 2010.

Oliveira, Julio Cesar; **Ação Regressiva - Proposta pelo Instituto Nacional de Seguro Social Face às Empresas**; Conceito Editorial , 2011.

TORTORA, Gerard J. e DERRICKSON, Bryan. **Corpo Humano – Fundamentos de Anatomia e Fisiologia**. Artmed. 8ª ed.2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e de Microbiologia**. 4ª edição. Brasília. 2000.

Disciplina PRIMEIROS SOCORROS	Período 3º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho	CH: 33 horas

EMENTA

Importância, definição e objetivos do atendimento de Primeiros Socorros

Responsabilidades do Socorrista.

Procedimentos Gerais: Avaliação do local, da vítima e investigação primária e secundária.

Corpos estranhos no organismo.

Hemorragia, Ferimentos e Contusões

Fraturas, Luxações e Entorses

Desmaios e Convulsões

Intermação e Queimaduras

Choque Elétrico.

Engasgamento e Afogamentos.

Obstrução, Parada e Ressuscitação Cardiopulmonar

Angina e Infartos.

Intoxicação e envenenamento

Acidentes com Animais Raivosos e Peçonhentos

Mobilização e Transporte de Acidentados

Acidentes com Múltiplas vítimas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORAES, Vilma g. de. **Atendimento Pré - Hospitalar - Treinamento da Brigada de Emergência do Suporte Básico ao Avançado**; Iátria, 2010.

OSWALDO Michel; **Guia de Primeiros Socorros (para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho)**; LTR Editora, 2003

MANTOVANI, M. **Primeiros Socorros – Suporte Básico de Vida**, 2.Ed., Campinas, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Silveira, J.M.S.; Bartmann, M.; Bruno, P. **Primeiros Socorros: Como Agir em Situações de Emergência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

Disciplina PESQUISA EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 3º semestre
Pré-requisito: Não há.	CH: 33 horas

EMENTA

Pesquisa científica
 Pesquisa de campo;
 Prática de coleta de dados e pesquisa de campo
 Prática de análise e discussão de dados
 Elaboração de artigo científico com base na prática de pesquisa
 Seminário dos resultados da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023 – Informação e documentação– Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR10520 – Informação e documentação – Citações – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 14724 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **NBR 15287 – Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011b.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas critérios e procedimentos. 4. ed. ver. ampl. e atual.- Belém: UFPA, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	Período 3º semestre
Pré-requisito: Ergonomia	CH: 50 horas

EMENTA

Contaminantes sólidos, líquidos e gasosos

Técnicas de descarte, armazenamento e transporte dos resíduos e fluidos

NR 25 Resíduos Industriais

Cores na Segurança do Trabalho

Equipamentos e Sinalizadores

Sinalização na indústria referente a placas e marcações de piso

NR 26 Sinalização de Segurança

NR 33 Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Objetivos, responsabilidades, Gestão de Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados, Emergências.

NR 35 Trabalho em Altura: Objetivos, responsabilidades, capacitação e treinamento, planejamento, Organização e Execução, EPI's e Emergência e Salvamento.

Normas Técnicas relacionadas com a Segurança Industrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGA, Egídio Alberto. **Instrumentação Aplicada ao Controle de Caldeira**. Interferência, 2003.

TELLES, R.C.S. **Vasos de Pressão**. LTC, 1996

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EDITORA SARAIVA; **Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011

EQUIPE ATLAS; **Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação**, ATLAS, 2011

Disciplina SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Período 3º semestre
Pré-requisito: Ergonomia	CH: 33 horas

EMENTA

NR - 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

Tipos de Instrumentos e detalhes de Instalação, Identificação e Simbologia de Instrumentos.

Planejamento e Detalhamento de Serviços de Montagem e Manutenção de Máquinas.

Noções de Soldagem, Lubrificação. - Soldas: elétrica, oxi - acetileno, MIG, MAG.

Processos de Produção

Layout Definição, Tipos de Layouts e Fluxos da Produção

NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Equipamentos Estáticos: tubulações (acessórios/ligações), válvulas, purgadores, permutadores de calor, tanques, torres, fornos, caldeiras.

NR-13 Caldeiras, Vasos de pressão e Tubulações

NR 14 Fornos

Principais Normas Técnicas relacionadas com segurança em máquinas e equipamentos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EDITORA SARAIVA; **Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011

EQUIPE ATLAS; **Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação**, ATLAS, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TELLES, R.C.S. **Vasos de Pressão**. LTC, 1996

Disciplina PROJETO INTEGRADOR	Período 3º semestre
Pré-requisito: Metodologia Científica Aplicada	CH: 33 horas

EMENTA

Caracterização do projeto integrador como a integração dos componentes curriculares visto nos semestres letivos. Definição do tema norteador e do trabalho a ser realizado. Revisão bibliográfica, metodologia de execução e implementação do trabalho. Apresentação dos resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023 – Informação e documentação– Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR10520 – Informação e documentação – Citações – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 14724 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **NBR 15287 – Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011b.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas critérios e procedimentos**. 4. ed. ver. ampl. e atual.- Belém: UFPA, 2010.

9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se na junção entre teoria e prática, contextualizando o conhecimento, desenvolvendo habilidades e valores, visando significativamente à experiência profissional e tem como objetivo proporcionar ao discente a vivência em situações de práticas profissionais.

Conforme o que estabelece a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Art. 1º *“O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular.”* Nesse sentido, este plano descreve como as 240 (duzentos e quarenta) horas para o estágio curricular supervisionado deverão ser executadas.

O estudante deverá ser orientado, acompanhado e avaliado em seu estágio curricular pelo professor orientador da Instituição, pelo supervisor de estágio, bem como por parte da instituição concedente.

Na oferta de realização de estágio, deverão ser atendidos os dispositivos legais que regulamentam a realização do mesmo, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as normas gerais que regem o estágio no IFPA.

Para iniciar o processo de estágio curricular é necessário que o aluno esteja nas seguintes condições:

- Poderá estar dependência em no máximo 2 (duas) disciplinas do curso;
- Estar regularmente matriculado no curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

Ressalta-se que conforme o art. 101, do Regulamento Didático do IFPA, não é permitido o encaminhamento para o estágio curricular supervisionado obrigatório o estudante que esteja com o vínculo institucional de curso “trancado”.

Os estagiários com deficiência terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio, de acordo com a Resolução nº 01/2004 do CNE/CEB.

Caberá à Coordenação do Núcleo de Estágio, em conjunto com a Coordenação do Curso e de acordo com os dispositivos legais, coordenar as ações referentes ao estágio no Campus Abaetetuba.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o art.90, do Regulamento Didático, as atividades Complementares são aquelas “[...] facultada nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio” e “[...] tem como finalidade complementar a formação do estudante e ampliar o conhecimento teórico-prático”.

Para validação das atividades deverão ser apresentadas cópias dos certificados, declaração, atestado e/ou diploma, protocolados na Secretaria Acadêmica, contendo o número de horas e descrição das atividades desenvolvidas para posterior análise Coordenação do Curso que realizará a validação e registro no sistema de gerenciamento acadêmico.

Tais atividades serão consideradas para cômputo da carga horária do curso de Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio no total de 20 h e são de cumprimento obrigatório pelo estudante sendo requisito necessário para a outorga de grau e o requerimento do Diploma e Histórico Escolar de Conclusão do Curso. Vale destacar que serão consideradas apenas atividades realizadas a partir da data de ingresso do estudante no curso.

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p. 33) poderão ser consideradas como atividades complementares, desde que relacionadas com a área de formação:

- I) Participação em Congressos, Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares;
- II) Participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas;
- III) Atividades assistenciais e comunitárias (voluntariado);
- IV) Publicação de artigo científico/acadêmico em periódico especializado;
- V) Autoria ou co-autoria de capítulo de livro;
- VI) Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico;
- VII) Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais;
- VIII) Organização e participação em eventos acadêmicos e/ou científicos, tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc;

IX) Membros de comissões avaliativas e propositivas no âmbito da educação básica e/ou superior

X) Membro de fóruns ou conselhos municipais ou estaduais

XI) Exercício de cargos de representação estudantil

XII) Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação à docência e projetos de extensão.

XIII) Atividade de Monitoria

XIV) Estágio extracurricular.

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Uma proposta pedagógica que privilegia a integração caracteriza-se pelo trabalho coletivo, sendo imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas significativas.

Os procedimentos metodológicos propostos neste projeto são entendidos como um conjunto de ações empregadas tendo como objetivo assegurar a formação integral dos estudantes, nesse sentido é importante considerar as características específicas do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos.

A equipe docente deverá organizar as atividades didáticas pedagógicas integradoras baseadas em projetos de ensino, pesquisa e extensão; em situações problemas desafiadores que estimule os alunos a buscar, mobilizar e ampliar seus conhecimentos, gerando assim, aprendizagens significativas.

A avaliação da aprendizagem, nesse contexto assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

Para que de fato ocorra a integração do currículo, concebendo o educando como o sujeito capaz de relacionar-se com o conhecimento de forma ativa, crítica e construtiva, é importante:

- Propor atividades em que o alunado seja protagonista na construção do conhecimento, possibilitando ao mesmo intervir na realidade social;
- Tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, promovendo assim, uma aprendizagem significativa, instigando a autonomia intelectual dos alunos e incentivando a capacidade de continuar aprendendo;
- Promover permanentemente a interação entre as disciplinas, tanto das áreas de formação básica, quanto das áreas de formação profissional, bem como a base diversificada;
- Desenvolver Projetos Interdisciplinares e Integradores, oportunizando o contato com as situações reais de vida e de trabalho;

- Inserir atividades demandadas pelo alunado: eventos científicos, problemas, projetos de intervenção, atividades laboratoriais, entre outros;
- Viabilizar atividades de pesquisa de campo e visitas técnicas sob a ótica de várias disciplinas;
- Promover a problematização do conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- No início de cada período letivo, realizar de forma coletiva o contrato didático-pedagógico, definindo a proposta educativa a ser efetivada, considerando sempre que o planejamento é flexível.

Estratégias Pedagógicas:

- Exercícios;
- Análise crítica de textos;
- Debates;
- Práticas laboratoriais;
- Oficinas;
- Visitas técnicas;
- Interpretação e discussão de textos técnicos;
- Apresentação de vídeos;
- Apresentação de seminários;
- Trabalhos de pesquisa;
- Atividades individuais e em grupo;
- Relatórios de atividades desenvolvidas;

- Atividades extraclases;
- Execução e apresentação de projetos integradores;
- Exposição dialogada;
- Técnicas vivenciais de dinâmica de grupo;

A metodologia didático-pedagógica deverá possibilitar ao educando o domínio das diferentes linguagens, desenvolvimento do raciocínio e da capacidade de usar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócios históricos para compreender e intervir na vida social e produtiva, de forma proativa e criativa.

A contextualização aplicada ao currículo integrado permitirá que o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. Nesse processo, o conhecimento dialoga com áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural.

Nesse sentido, os temas transversais serão incorporados ao desenvolvimento da ementa do componente permeando por meio da transversalidade. As temáticas serão integradas aos conteúdos obrigatórios do componente que possuem relação, entre eles:

- A Lei nº11. 947/2009 que dispõe sobre a educação alimentar e nutricional, abordando as temáticas (alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis da vida);
- A Lei nº9.795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental; a lei nº9.503/97 que institui o Código Brasileiro de Trânsito; Conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, nos diversos níveis de ensino formal, conforme artigo 22 da Lei nº 10.741/200 (dispõe sobre o Estatuto do Idoso) e a lei nº7.037/2009 que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH, serão desenvolvidas como prática educativa integrada contínua e permanente, por meio de projetos, temas transversais, bem como por planejamento e ações integradas e coordenadas com diferentes órgãos e entidades.

- A lei nº 12.608/2012 que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e a lei nº 13.006/2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica serão incluídas e desenvolvidas ao longo do curso como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da instituição, sendo esta última, obrigatória à exibição de filmes e produção nacional por, no mínimo, 02 horas mensais.

A Coordenação do curso, junto ao o seu colegiado promoverá meios para desenvolver o planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas acima propostas.

12. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Serão apresentados a seguir os critérios e procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem estabelecido pelo Regulamento Didático de ensino do IFPA, os quais serão considerados no Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio. O processo de avaliação da aprendizagem deve ser amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme a Lei Nº 9.394/96.

A avaliação compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada em cada etapa educativa, com diagnóstico das dificuldades, destina-se a verificar se houve aprendizagem e apontar caminhos para o processo educativo.

Nos cursos regulares do IFPA a avaliação da aprendizagem é realizada em dois momentos de culminância para disciplinas semestrais, sendo prevista, prova final, quando necessário. Cada momento de culminância compreende um período letivo bimestral.

Para a realização da avaliação da aprendizagem o docente deve considerar parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas, como: domínio cognitivo, cumprimento e qualidade dos trabalhos acadêmicos, capacidade de realizar trabalhos acadêmicos em grupo com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal, além de autonomia.

A verificação do desempenho acadêmico será feita de forma diversificada, a mais variada possível, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros, de acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p. 71):

- I. Elaboração e execução de projeto;
- II. Experimento;
- III. Pesquisa bibliográfica;
- IV. Pesquisa de campo;
- V. Prova escrita e/ou oral;
- VI. Prova prática;
- VII. Produção técnico-científica, artística ou cultural.

VIII. Seminário;

Em cada instrumento de avaliação, os parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas deverão ser considerados em conjunto, quando aplicáveis, na composição da nota. O desempenho do discente em cada unidade didática será registrado através de nota, compreendida entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez).

Os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

- **Para o regime semestral, utiliza-se a forma descrita abaixo**

$$MF = \frac{(1^{\text{a}}BI + 2^{\text{a}}BI)}{2} \geq 7,0$$

Onde: MF = Média Final (ou Disciplina)

1^aBI = 1^a avaliação bimestral (verificação da aprendizagem)

2^aBI = 2^a avaliação bimestral (verificação da aprendizagem)

Caso a Média Final (MF) seja menor que sete (< 7,0), o discente fará prova final. Para verificação de aprovação na prova final, o estudante deve aplicar a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{(MB + NPF)}{2} \geq 7,0$$

Onde: MF = Média Bimestral NPF = Nota da prova Final

O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a sete ($\geq 7,0$). Caso contrário, deve realizar a prova final aplicando-se a fórmula de Média Final. O discente que não atingir a média final maior ou igual ($\geq$) a 7,0 (sete) após a aplicação da prova final será considerado reprovado no componente curricular.

Contudo, no decorrer do processo educativo, cabe a todos os docentes promover estratégias para a recuperação da aprendizagem do aluno de modo contínuo e paralelo, previstas em seu plano de ensino e de aula, podendo ser feita, através de atividades individuais e/ou grupo, como pesquisa bibliográfica, experimento, demonstração prática, seminários, relatório, portfólio, provas escritas ou orais, pesquisa de campo, produção de textos, produção científica, artística ou cultural, oficinas, entre outros.

Ao estudante que não realizar a(s) atividade(s) de verificação da aprendizagem será considerado reprovado, devendo ser registrada a nota 0,0.

Ao estudante que faltar a qualquer das verificações de aprendizagem ou deixar de executar trabalho escolar, será facultado o direito à segunda chamada se esse estudante a requerer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o término do prazo de afastamento, desde que comprove através de documentos uma das seguintes situações, segundo o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p.74):

- I. Problema de saúde (apresentar atestado médico);
- II. Obrigações com o Serviço Militar (apresentar certificado de alistamento);
- III. Pelo exercício do voto (apresentar o título de eleitor e comprovante de votação);
- IV. Convocação pelo Poder Judiciário ou pela Justiça Eleitoral (apresentar ofício de convocação ou declaração de prestação do serviço);
- V. Cumprimento extraordinário de horário de trabalho devidamente comprovado através de documento oficial da empresa (declaração da empresa quanto à jornada de trabalho extraordinária);
- VI. Viagem, autorizada pelo IFPA, para representá-lo em atividades desportivas, culturais, de ensino ou pesquisa ou a serviço (documento específico);
- VII. Acompanhamento de pessoa da família (cônjuge, pai, mãe e filho ou enteado) em caso de defesa da saúde (laudo médico do ente ou declaração de acompanhamento);
- VIII. Falecimento de parente (cônjuge e parentes de primeiro grau), desde que a avaliação se realize num período de até oito dias corridos após a ocorrência (certidão de óbito).

Em se tratando dos impedimentos apresentados nos incisos I e VII, conforme acima, o(s) atestado(s) e/ou relatório(s) médico(s) deverão ser encaminhados ao Serviço Médico-Odontológico do IFPA para homologação.

Caberá à Coordenação do Curso emitir parecer acerca do direito do estudante à segunda chamada, enquadrado nas situações estabelecidas nos incisos de I a VIII.

No caso do pedido ser deferido, caberá à Coordenação de Curso, comunicar o(s) professor(es) e a do direito do estudante em realizar a segunda chamada das verificações de aprendizagem.

Em casos não previstos nos incisos I a VII, caberá à Coordenação do Curso emitir parecer acerca do direito do estudante à segunda chamada.

Conforme o art. 281, nos cursos de regime semestral o estudante reprovado em até 02 (dois) componentes curriculares poderão dar prosseguimento aos estudos obrigando-se a cursar os componentes, em regime de dependência, em turmas e horários diferenciados do qual se encontra regularmente matriculados.

Nos cursos em regime semestral o estudante reprovado em 03 (três) ou mais componentes curriculares ficará automaticamente reprovado no período letivo, devendo cursar no período seguinte apenas os componentes curriculares em que ficou reprovado.

O professor, no decorrer do processo educativo, promoverá meios para a recuperação da aprendizagem dos estudantes.

Ao professor compete divulgar, aos seus alunos, o resultado de cada avaliação antes da avaliação seguinte. O estudante terá direito à revisão da avaliação, através de requerimento à Coordenação do Curso, no prazo de até 02 dias úteis após a divulgação do resultado.

Cabe ao Colegiado de Curso criar uma comissão com a seguinte composição: a) Coordenador (a) do Curso; b) professor da disciplina ou competência; e, c) outro professor da área de conhecimento da referida disciplina ou competência.

Após a emissão do parecer da Comissão a Coordenação do Curso encaminhará o processo à Secretaria Acadêmica do Campus, para dar ciência ao requerente.

O desempenho acadêmico do estudante será expresso no Diário de Classe e no sistema de gerenciamento acadêmico. O Diário de Classe é um instrumento que compreende o registro do desempenho dos estudantes na realização dos trabalhos, em cada disciplina ou competência, durante a etapa do curso.

Os registros do desempenho e da frequência do estudante, no Sistema de Gerenciamento Acadêmico, são de responsabilidade do professor no componente curricular ministrado, ao final de cada período bimestral de culminância da avaliação da aprendizagem, conforme estabelecido no calendário Acadêmico do Campus. Cabe ao docente cumprir, além desta, outras obrigações previstas no Regulamento Didático de Ensino/2015.

O Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas deverá disponibilizar ao professor para verificação e retificação, quando necessária, relatório com as notas dos discentes em cada disciplina ou competência.

Após verificação, o professor deverá, caso necessário, retificar as notas no Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas, no período máximo de 2 (dois) dias úteis.

Após a devolução do relatório é vedada a alteração da nota final da unidade, salvo disposição legal em contrário.

O sistema de gerenciamento acadêmico gerará o mapa com o resultado final contendo a carga horária total desenvolvida no período letivo, a nota final dos estudantes em cada componente curricular, o percentual de frequência e a respectiva condição de competência obtida no período letivo, assim definido: a) Aprovado (AP); b) Reprovado por Nota/Conceito (RP); c) Reprovado por falta (RF); d) Aproveitado (AE); e) Dispensado (DI).

Além disso, o sistema de gerenciamento acadêmico também gerará o status de matrícula do estudante, assim definido: a) Em Curso (EC), b) Evadido (EV), c) Trancado (TR), d) Transferido (TF), e) Falecido (FA) e f) Desistente (DE).

A frequência obrigatória adotada no IFPA é de mínimo 75% do total da carga horária de cada componente curricular.

13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

13.1 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O estudante poderá solicitar aproveitamento de estudos já realizados ou certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, até o limite de 50% da carga horária da matriz curricular do curso, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFPA ou em outras Instituições de Ensino, credenciada pelo Ministério da Educação, bem como Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa, conforme estabelece o Art. 11 da Resolução CNE/CEB nº 04/99.

O discente poderá solicitar o aproveitamento de estudos de disciplina de língua estrangeira cursada em instituição não universitária de acordo com o Parecer do CES/CNE 26/2002.

A solicitação para aproveitamento de estudos será encaminhada à Direção de Ensino no Campus, via processo, conforme período Calendário Acadêmico do campus. A Direção de Ensino do Campus encaminhará para análise e parecer da coordenação do curso.

O requerimento deve estar acompanhado das cópias dos seguintes documentos devidamente assinados pela instituição de origem do requerente:

- I. Histórico escolar;
- II. Programas ou ementário de disciplinas cursadas; e
- III. Documento que comprove a autorização de funcionamento ou o reconhecimento do curso de origem, apenas para cursos superiores de graduação.

Para que seja concedido o aproveitamento de estudos os seguintes critérios devem ser obedecidos, cumulativamente: I) A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA; II) O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA; III) O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição; IV) Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA.

Vale ressaltar que caso se trate de um componente que exija pré-requisito, o aproveitamento só será considerado, caso a componente pré-requisito já tenha sido cursada.

Além disso, é importante frisar que o aproveitamento de estudos para integralização de componente curricular de curso técnico Subsequente ao Ensino Médio somente será concedido quando os estudos forem cursados em outro curso técnico Subsequente ao Ensino Médio e do mesmo Eixo Tecnológico.

Em caso de divergências ou dúvidas, o Regulamento Didático Pedagógico de Ensino do IFPA, 2015, poderá dirimi-las, caso não estejam discutidas nesse documento.

13.2 APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

Entende-se por aproveitamento de experiências anteriores o processo de reconhecimento de competências adquiridas pelo estudante, no trabalho ou por outros meios informais, mediante um sistema avaliativo.

O discente matriculado solicitará, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, a dispensa de disciplina(s), tendo como base o aproveitamento de experiências anteriores atendendo o parecer CNE/CEB nº11/2012

A solicitação do discente para o aproveitamento de experiências anteriores será encaminhada ao Colegiado de Curso para análise e emissão de parecer e deverá seguir os procedimentos:

- I. I - Preencher, no protocolo, formulário próprio especificando a (s) disciplina (s), em que deseja a dispensa;
- II. II - Anexar justificativa para a pretensão;
- III. II - Anexar, quando houver, documento(s) comprobatório(s) da(s) experiência (s) anterior (es).

O Colegiado do curso analisando a justificativa e o (s) documento (s) comprobatório(s), quando houver e julgando procedente, designará uma comissão para realizar o processo avaliativo, composta por um pedagogo e três professores, abrangendo as áreas de conhecimento da(s) disciplina(s) em que o estudante solicita a dispensa.

O Colegiado do Curso informará ao estudante a data, local e o horário do processo avaliativo. O processo de solicitação após o parecer do Colegiado de Curso referente à avaliação do desempenho das competências requeridas será encaminhado à Secretaria.

14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p.17),

As ações de regulação, avaliação e supervisão dos cursos do IFPA serão de competência da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Políticas de Ensino e Educação do Campo e suas Coordenações Gerais, em articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes e Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Campus e os Colegiados de Cursos.

Além disso, a Coordenação de Curso, em conjunto com a Assessoria Pedagógica do Campus, procederá semestral e/ou anualmente a avaliação do Curso a partir de uma ficha individual considerando os seguintes itens:

- a) discente, considerando sua autoavaliação no processo de aprendizagem;
- b) docente, considerando seu desempenho didático-pedagógico no desenvolvimento da disciplina ministrada;
- c) serviços prestados pelos técnicos administrativos no atendimento ao público e demais atividades do curso;
- d) aspectos físicos da Instituição no atendimento as necessidades básicas para que o alunado permaneça no decorrer do curso;
- e) coordenação do curso objetivando a melhoria dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados no curso.

Os resultados destas análises crítica e consensual será parte integrante de proposições e implementações de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitará a detecção de pontos de deficiência ou de discordância com os objetivos do curso.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A necessidade da avaliação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio é fator relevante para o alcance da qualidade de ensino ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), conduz as ações pensadas e desenvolvidas na Educação Profissional Básica, bem como no ensino superior, realizando a análise junto a toda comunidade acadêmica sobre a concretização das ações educativas, objetivando realinhá-las. Integrará as análises de acompanhamento de avaliação dos cursos, a socialização de situações discutidas no Conselho de Classe e do Colegiado do Curso.

Desta maneira, a avaliação promovida pela CPA pressupõe verificar até que ponto e em que medida este processo está, de fato, ocorrendo, visando atender aos princípios de qualidade no processo de ensino do Instituto, sendo vista como um instrumento útil para a tomada de decisões, no sentido de correção ou confirmação de rumos e assim, contribuir para o autoconhecimento da organização, fornecendo subsídios para os cursos reprogramarem e aperfeiçoarem seus projetos pedagógicos e assim, obter melhorias no processo de ensino.

16. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSOSISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os quadros a seguir apresentam a descrição, respectivamente, do corpo docente e do corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

Quadro 3 - Corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

NOME	CPF	TITULAÇÃO	REGIME
Cleber Monteiro Cruz	681.691.672-72	Graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Biológicas / Mestre em Neurociência e Biologia Celular	DE
Edinaldo Fonseca Correa	695.723.992-68	Graduação em licenciatura plena em Matemática / Mestrado em Matemática	DE
Fernando Antônio de Sousa Ribeiro	383.634.883-72	Graduação em Engenharia Mecânica / Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	DE
Flávia Augusta Miranda Lisboa	627.029.982-91	Graduação em Engenharia Sanitária / Mestrado em Engenharia do Ambiente	DE
João Flávio Ribeiro Gonçalves	283.202.202-20	Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	DE
Jairo da Silva e Silva	001.377.493-09	Graduação em Letras Língua Portuguesa/Espanhola e Literatura / Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa e Literatura	DE
Kazuo de Almeida Kamizono	912.317.012-34	Mestre Engenharia Mecânica / Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	DE

Raphael Saraiva de Sousa	746.819.662-15	Graduação em Superior Tecnólogo em Processamento de Dados / Especialização em Redes de Computadores	DE
Sueli de Lima Pereira	686.192.272-20	Mestra em Engenharia Civil / Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	DE
Wander Wilson de Lima Cardoso	687.209.712-49	Graduação em Processamento de Dados / Especialista em Redes de Computadores	DE

Quadro 4 - Corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

NOME	CPF	TITULAÇÃO	REGIME
Aline Gonçalves Batista da Silva	011.458.322-61	Especialista em EAD e Tecnologias Educacionais	40h
Alberani Pinheiro Maciel	897.363.202-78	Tecnólogo em Gestão Ambiental	40 h
Ana Maria Rodrigues e Rodrigues	003.155.532-27	Pós-graduação em Gestão Pública	40h
Andréa Fernanda Ferreira Quaresma	713.924.242-91	Especialista em Educação Especial	40 h
Arthur Lima Sampaio de Souza	686.341.102-49	Graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	40 h
Bruno Maués da Silva	009.951.512-10	Graduado em Ciências Biológicas	40 h
Cristian Wellem Ferreira Dias	931.812.722-72	Especialista em Física	40 h
Danilo Acatauassú da Silva Costa	880.303.852-34	Mestre em Agricultura	40 h
Denys Roberto Correa Castro	000.989.032-76	Mestre em Ciência Animal	40 h
Dilma Mara da Silva do Rêgo	004.991.332-85	Especialista em Gestão Ambiental	40 h
Elcir Nunes Corrêa	443.116.212-72	Especialista em Psicopedagogia	40 h
Emanuele Cordeiro Chaves	001.363.062-84	Mestra em Doenças Tropicais	40 h
Fábio Pantoja de Aguiar	692.012.852-72	Ensino Médio	40 h
Gabriela Negrão Costa	790.117.132-49	Especialista em Letras - Literatura	40 h

Giovana Parente Negrão	329.747.362-20	Especialista em Educação Especial	40 h
Gleiciane Pereira Ribamar	697.560.742-72	Tecnóloga Gestão e Produção de Eventos Culturais	40 h
Graça Elda Vasconcelos	619.312.252-49	Esp. em Pedagogia e Psicologia Centrada na Pessoa	40 h
Helder Daniel de Azevedo Dias	664.549.212-04	Especialista em Gestão Pública	40 h
Helton Breno Nascimento Barata	528.490.662-49	Graduado em Administração	40 h
Isa Costa Pantoja	715.192.702-91	Ensino Médio	40 h
Jaime Perdigão Oliveira	689.770.932-87	Especialista em Administração Pública	40 h
Joelma Carvalho Pereira	980.708.782-15	Graduado em Ciências Naturais	40 h
José Edivaldo Nunes dos Santos Junior	011.503.382-37	Tradutor e Interpretador de Linguagem de Sinais	40 h
Josias Baía Rodrigues	628.683.302-15	Técnico em Informática (Aperfeiçoamento - nível médio)	40 h
Júlio Ernest Benedito Farias Calliari Baía	528.010.632-15	Especialista em Engenharia Civil	40 h
Kuézia Apolaro do Nascimento	828.574.662-34	Especialista em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação	40 h
Lúcia Cristina Souza da Silva	807.626.202-00	Graduada em Letras	40 h
Luciana Bezerra Farias Kamizono	789.385.382-49	Especialista em Design Gráfico	40 h
Malena Cristina Rocha Texeira	612.085.072-49	Especialista em Administração de Biblioteca	40 h
Marília Mota de Miranda	673.011.932-20	Especialista em Gestão de Pessoas nas Organizações	40 h
Marinete Sardinha Loureiro	887.043.432-04	Graduada em Ciências Biológicas	40 h
Miguel Nazareno Baía Ferreira	589.702.232-15	Especialista em Matemática	40 h
Nilzete do Socorro Ferreira da Silva	189.665.432-00	Especialista em Desenvolvimento Regional	40 h
Raimundo Clarindo de Melo Machado	152.447.092-91	Especialista em Desenvolvimento para Web	40 h
Thiago Rodrigues e Rodrigues	008.907.382-70	Graduado em Educação Física	40 h

Zacarias Lobato Gonçalves	831.522.612-68	Especialista em Educação de Jovens e Adultos	40 h
------------------------------	----------------	---	------

17. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O curso técnico em Segurança do Trabalho conta atualmente com a infraestrutura física e os recursos materiais apresentados abaixo. Há um espaço programado em fase de conclusão no Laboratório de Edificações e Mecânica, que será mais apropriado ao curso. No momento, temos os instrumentos e equipamentos de medição, assim como os materiais de consumo para as aulas práticas, em um espaço temporário no campus.

Quadro 5 - Infraestrutura Física e Recursos Materiais do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	Laboratório de informática com programas específicos	01
02	Sala dos professores	01
03	Secretaria Acadêmica	01
04	Biblioteca do Campus	01
05	Sala de Aula Teórica	02
06	Sala para atividade da Coordenação do Curso	01
07	Auditório	01
08	Diretoria-Geral	01
09	Diretoria de Ensino, Pesq., Extensão., Pós-Graduação e Inovação	01
10	Diretoria Administrativa	01
11	Laboratório de Biologia/Química	02
12	Setor Pedagógico	01
13	Sala dos Coordenadores	01
14	Sala de TI	01
15	Dosímetro de ruído digital portátil	02
16	Decibímetro - medidor de nível de pressão sonora digital	02
17	Luxímetro - Medidor de intensidade de luz digital	04
18	Manequim masculino completo para treinamento de rc	01
19	Medidor de stress termico	03
20	Luxímetro digital	06
21	Calibrador de decibelímetro e dosímetro	02
22	Madidor de radiações ionizantes	03
23	Termômetro de globo digital portátil	02
24	Medidor de luz ultra violeta	02

Quadro 6 - Infraestrutura do Laboratório de Informática 01.

Hardware	
Quantidade	Descrição
30	Configuração dos Computadores: Core 2 duo 3.0 2gb 160gb HD
01	Datashow
01	Quadro Interativo

01	Quadro de Vidro
30	Estabilizadores – 1 Kva
01	Sala Dimensões: 44,66 m ²
01	Rack para servidores com KVA Aula prática

18. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

O curso técnico em Segurança do Trabalho apresenta estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas nele levantadas deverão, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região. Além disso, com o advento dos Institutos, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2010, art. 6, itens VII e VIII, é sinequa non a realização de pesquisa e extensão, de caráter educacional e social.

Nos últimos anos, o IFPA Campus Abaetetuba vem desenvolvendo várias atividades de pesquisas e extensão, tanto no seu espaço físico, como na comunidade externa. Estas atividades apresentam forte tendência de consolidação, dado a qualificação do quadro técnico e docente da Instituição e as ações de incentivos as práticas de pesquisa e extensão coordenadas pelo IFPA Campus Abaetetuba, a exemplo dos Editais anuais de fomento a pesquisa e extensão, e o fortalecimento dos grupos de pesquisa do Campus, os quais se encontram devidamente cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De acordo com o Estatuto do IFPA de agosto de 2009 em seu artigo 31 descreve que as ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre IF e a sociedade.

O IFPA por meio do que está prescrito no estatuto tem como base para suas ações de extensão os Macroprocessos de extensão que são:

- Projeto de empreendedorismo e Cooperativismo
- Projetos Tecnológicos
- Projetos Sociais voltados a geração de emprego e renda
- Prestação de serviços a comunidade interna e externa
- Visitas Técnicas e gerenciais
- Cursos de extensão
- Projetos Culturais, artísticos e esportivos

No IFPA Campus Abaetetuba busca-se através das ações de ensino e pesquisa articular as ações de extensão em consonância com as disciplinas prescritas no PPC de cada curso visando aprimorar os ensinamentos do discente perante a sociedade e o mundo do trabalho. Essas ações podem ser computadas como carga horária complementar levando em consideração as devidas particularidades de cada ação que devem ser avaliadas pela Diretoria de Ensino ou as coordenações de Ensino, Extensão ou, quando for o caso, a coordenação de Estágio.

A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão se tornam necessária tendo como fundamento base a necessidade de garantir a permanência com sucesso dos educandos no processo ensino – aprendizagem, bem com permitir que o fazer metodológico se aproprie e edifique a interdisciplinariedade e a integração do conhecimento e do saber tomando como centro do processo a leitura da realidade.

Partindo desta premissa, tomamos como lócus no processo de indissociabilidade os seguintes lugares:

A aula: como lugar do aprendizado mediado pela docência. Cabe neste processo dialogar sobre a realidade com o conhecimento disciplinar.

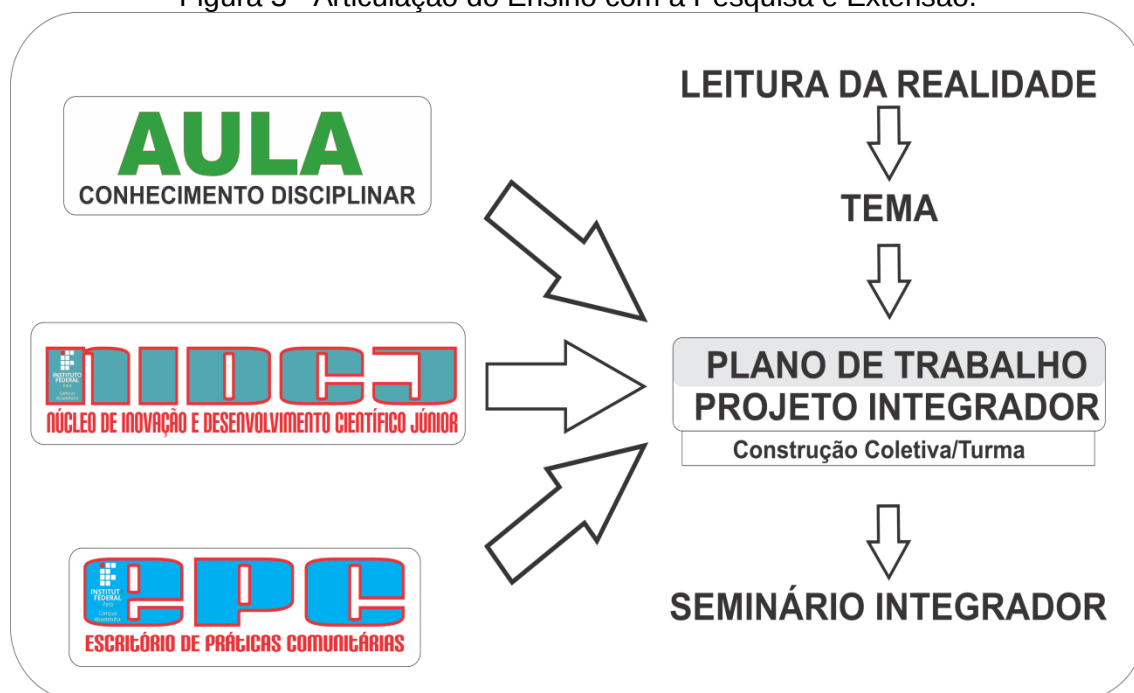
O NIDCJ - Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Científico Júnior: lugar de mediação dos conhecimentos de iniciação científica e apropriação dos mesmos para desenvolvimento dos projetos de pesquisa e inovação tecnológica. Associados a aula, ao conhecimento disciplinar e ao despertar da curiosidade científica. Possui caráter científico, social, cultural e educativo.

O Escritório de Práticas Comunitárias: lugar de encontro da comunidade com o Campus e do Campus com a comunidade. Lugar extensivo que associa tanto a aula com a pesquisa e a intervenção junto a comunidade. Permite ainda a construção da leitura da realidade.

Esta tríade no seu percurso metodológico se converge aos resultados oriundos dos Projetos Integradores, culminando na apresentação de seus resultados no Seminário Integrador.

Segue abaixo a representação gráfica deste processo:

Figura 3 - Articulação do Ensino com a Pesquisa e Extensão.



Fonte: João Flávio Ribeiro Gonçalves, membro do Núcleo Docente Estruturante elaborador do PPC do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, do IFPA/Campus Abaetetuba - 2016.

19. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A Política de Educação Inclusiva nos remete a uma perspectiva de Educação que concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Em escolas inclusivas, não se estabelecem padrões ou se identificam alunos apenas por suas características aparentes. Ao contrário, as práticas de inclusão escolar impõem uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua de seus grupos.

Nesse sentido, ao longo dos anos, o IFPA – Campus Abaetetuba, vem construindo sua política educacional alicerçada nestes princípios, gerando possibilidades para inserir em suas práticas pedagógicas novas práticas de ensino, aptas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público-alvo e garantir o direito à educação para todos.

Enquanto Instituição Educacional entende-se que o Campus se insere a uma política inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Entende-se também que, não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Entretanto, para que possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

A materialização destes princípios inclusivos se manifesta na institucionalização de Núcleos de apoio às demandas inclusivas como é o caso do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB), com suas ações estruturadas.

O NAPNE atualmente está constituído por Comissão própria formada por técnicos como Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo, especialistas na área da

Educação Inclusiva e um professor de LIBRAS o qual subsidia o trabalho dos professores que atuam nas salas regulares.

O NEAB, constituído também por comissão própria, possibilitou o início de ações no sentido de implementar a Lei nº 10.639/2003 nos cursos de formação inicial e continuada de professores, na Educação Básica, na pesquisa e na extensão, e vem desenvolvendo ações a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Assim, o IFPA Campus Abaetetuba na oferta da educação profissional Inclusiva, tem o compromisso e o desafio de efetivar ações que atendam as necessidades reais de suas demandas educacionais, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção de todas as formas de acessibilidade, entre estas a acessibilidade arquitetônica, uma vez que o Campus Abaetetuba é construído de acordo com a NBR 9050, lei que trata da Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Outras formas de acessibilidade também são instituídas, como: a acessibilidade aos sistemas de comunicações e informação; a ampliação e o fortalecimento do uso de tecnologias assistivas; o incentivo e apoio na realização de eventos pedagógico-científicos voltados para a educação inclusiva; a efetivação de parcerias com entidades e instituições públicas e privadas voltada a ações inclusivas; o desenvolvimento de política de formação continuada, nestas temáticas, aos docentes e toda a comunidade escolar; a efetivação da lei de cotas nos processos seletivos de ingresso nos cursos ofertados; o desenvolvimento de políticas afirmativas através da assistência ao educando e a inserção de atitudes inclusivas no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

20. DIPLOMAÇÃO

O estudante do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, após integralizar todos os Componentes Curriculares e o Estágio Curricular Supervisionado estabelecidos neste Plano de Curso será diplomado por este IFPA – Campus Abaetetuba, com a formação de Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

O discente ao solicitar a emissão de Diploma deverá preencher formulário próprio, anexados com cópias autenticadas com os seguintes documentos: a) histórico Escolar ou Certificado de conclusão do Ensino Fundamental (cópia); b) Carteira de Identidade (cópia); c) Título de Eleitor (cópia); d) CPF (cópia); e) Documento Militar (Certificado de Reservista ou de Alistamento) (cópia); f) Atestado de Conclusão de Estágio;

A solicitação de emissão de Diploma deverá ser feita no setor de protocolo do IFPA Campus Abaetetuba. O discente deverá concluir o curso no prazo mínimo de 1,5 ano (1 ano e meio) e máximo de 3 anos (três anos).

21. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.
Acesso em: 20/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CEB nº 3/2012**, aprovado em 26 de janeiro de 2012. Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em <>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CEB nº: 11/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 (*)** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos Disponível em <https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001_12.pdf>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012** (*) Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 20/06/2017.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 (*)** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS**, Edição 2016. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de

instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: 2006. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>> Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.037/2009 de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.795/99 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2010.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012,** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei no 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 20/06/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22>. Acesso em 20/06/2017.

IFPA. Conselho Superior. **Resolução CONSUP nº 20, de 03/03/2016.** Estabelece os procedimentos a serem adotados autorização de criação de cursos, aprovação, atualização, ou aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

IFPA. Conselho Superior. **Resolução CONSUP nº 41 de 21/05/2015.** Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

22. LISTA DE FIGURAS E QUADROS

22.1 LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Abaetetuba no contexto dos municípios que compõem a microrregião de Cametá.....	7
Figura 2 - Perfil de formação em percentual do Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.....	17
Figura 3 - Articulação do Ensino com a Pesquisa e Extensão.	89

22.1 LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.....	19
Quadro 2 - Síntese da Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	20
Quadro 3 - Corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.....	81
Quadro 4 - Corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.	82
Quadro 5 - Infraestrutura Física do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	85
Quadro 6 - Infraestrutura do Laboratório de Informática 01.	85